

A família nos dispositivos de cuidados para crianças e adolescentes com transtorno mental e/ou deficiência mental: promovendo o direito à convivência familiar

Aluna: Thamires da Silva Ribeiro

Orientadora: Irene Rizzini

Introdução

A presente proposta de pesquisa visa analisar as possibilidades de promoção do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes com transtorno mental e/ou deficiência mental, sobretudo os que nascem em situação de pobreza, para os quais novas políticas precisam ser desenhadas. Para muitos, historicamente o caminho tem sido a institucionalização. No presente, reconhece-se a importância de evitá-la, porém é necessário identificar quais seriam as melhores alternativas. É um imenso universo a se pesquisar, especialmente, no âmbito do cuidado e da assistência. Este projeto busca explorar possíveis caminhos, tendo como base o bairro de Jacarepaguá¹, que fica localizado no município do Rio de Janeiro. O projeto terá a dupla função de provocar o debate sobre o problema e de propor possíveis caminhos para as mudanças que se fazem necessárias no tocante ao atendimento a essa população.

Objetivos

O objetivo principal da pesquisa desdobra-se em duas vertentes. A primeira procura descrever e analisar os tipos de serviços existentes, assim como outras formas de apoio identificadas pelas famílias de crianças e adolescentes com transtorno mental e/ou deficiência mental como importantes para o cuidado e tratamento de seus filhos (o que existe). A segunda visa identificar e analisar as lacunas no que diz a respeito às demandas não respondidas (por nenhum serviço existente), sob o ponto de vista das famílias, das crianças e adolescentes e dos serviços (as lacunas).

Metodologia

A pesquisa está se desenvolvendo da seguinte forma:

1. Revisão da literatura.
2. Reconhecimento e mapeamento do campo;
3. Construção dos instrumentos de coleta de dados;
4. Pesquisa de campo;
5. Registro e análise dos dados;
6. Elaboração de produtos finais;
7. Divulgação.

Cabe ressaltar que este projeto traz como marca essencial a percepção das famílias e suas crianças e adolescentes, introduzindo, assim, um elemento novo: a percepção do usuário que constitui um importante eixo de investigação.

Considerações Preliminares

¹ A escolha por esta área decorre da região de Jacarepaguá ter uma importância histórica no contexto da saúde mental.

Até o presente, o estudo teórico permitiu aprofundar a compreensão sobre os seguintes conceitos: família, transtorno mental, deficiência mental, direito a convivência familiar e comunitária, situação de vulnerabilidade social e sobrecarga familiar. O processo de análise tem possibilitado uma maior apreensão a respeito da diversidade de concepções de famílias, bem como os contextos nas quais a mesma está inserida.

A pesquisa de campo tem possibilitado o surgimento de várias questões interessantes que podem ser analisadas a partir de diferentes focos. Minha proposta, como estagiária deste projeto, é focalizar a questão do suporte às famílias, discutindo as situações de vulnerabilidade que surgem, de acordo com as dificuldades encontradas pelas mesmas para cumprir suas tarefas de cuidado, socialização dos filhos e na busca por serviços de apoio para seus membros familiares.

No campo acadêmico, as situações de vulnerabilidade social em que as famílias se encontram, constituem um eixo temático de extrema importância, pois as mesmas ocupam um papel central no âmbito das políticas sociais. Portanto, é necessário que haja uma reflexão acerca da relação entre famílias e as políticas sociais. Com a finalidade de fundamentar este estudo serão utilizados diversos autores, como Mioto (2006), Carvalho (1994), Pereira (2006), Rizzini (2006), entre outros, que trabalham esta temática.

Em relação ao desenvolvimento da pesquisa de campo, percebi que um dos temas que estão emergindo das entrevistas (tanto nas falas dos profissionais, quanto na opinião das famílias), está ligado à diversidade de percepções acerca do Benefício de Prestação Continuada (BPC)², sobretudo, no que tange ao sistema de elegibilidade deste benefício. Sendo assim, acredito que o tema mereça um aprofundamento a fim de enriquecer a discussão. Para isso, serão utilizados autores como Sposati (2004), Medeiros (2007), entre outros, que analisam a questão da transferência de renda e da proteção social no Brasil.

Até o momento, essa discussão contempla as minhas primeiras percepções e idéias para aprofundamentos teóricos acerca do projeto.

Atividades Desenvolvidas

A seguir apresento as atividades que desenvolvi no Projeto correspondente ao período de fevereiro a julho de 2009 .

1) Levantamento e leitura da bibliografia relacionada à temática da pesquisa e seu aprofundamento por meio da elaboração de resenhas críticas.

Segue um breve resumo de algumas publicações relevantes à pesquisa:

1.1 - CARVALHO, Maria do Carmo de; SZYMANSKI, Heloisa. **Família contemporânea em debate**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

O objetivo desta publicação é discutir os múltiplos aspectos que configuram a família contemporânea, dentre eles, destaca-se o texto da autora Carvalho acerca do lugar da família nas políticas sociais. Neste texto a autora estuda os rebatimentos que a família sofreu no processo de transformação do Estado Tutor para o Estado Mínimo, que redirecionou o foco das políticas sociais.

1.2 - MENEZES, Cristiane Diniz. **O direito à convivência familiar e comunitária das crianças e dos adolescentes portadores de transtorno mental**. Rio de Janeiro, 2008. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

² O Benefício de Prestação Continuada (BPC) corresponde a uma transferência mensal de renda destinada a pessoas com deficiência severa, de qualquer idade, e idosos maiores de 65 anos, ambos com renda familiar *per capita* inferior a um quarto de salário mínimo. O direito a um salário mínimo mensal para essas pessoas é garantido pela Constituição de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), em 1993.

Este estudo verifica os avanços da Política de Assistência Social e de Saúde Mental no que se refere à promoção e efetivação do direito a convivência familiar e comunitária das crianças e adolescentes portadores de transtorno mental. Os avanços da Política de Assistência Social são verificados através da pesquisa no CRAS – Centro de Referência de Assistência Social e no âmbito da Saúde Mental é realizada pesquisa no CAPSi – Centro de Atenção Psicossocial Infantil e Juvenil.

1.3 – MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar.** In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (orgs) Política social, família e juventude: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez Ed, 2004.

A autora analisa as múltiplas visões que perpassam pela sociedade civil, Estado e organismos internacionais acerca das diversas propostas dos programas de apoio sociofamiliares. Destaca-se, em sua análise, a relação entre Família e Estado que ao longo da história foi marcada por aproximações no que diz respeito ao controle dos indivíduos e contradições referentes a disputa por esse controle. Segundo a autora há uma linha tênue entre proteção das famílias e proteção aos direitos individuais e sociais de crianças e adolescentes.

A autora afirma que há necessidade de construir um novo olhar sobre as famílias no que tange os profissionais que atuam nesta área e todos os serviços que são oferecidos neste âmbito.

1.4 – PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar.** In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (orgs) Política social, família e juventude: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez Ed, 2004.

O texto trata dos impasses da participação da família nos esquemas de proteção social, no contexto neoliberal e aborda nesta perspectiva questões como: a redescoberta da família nas políticas sociais, retração do Estado na provisão de bens e serviços sociais básicos, formação do pluralismo de bem estar e a especificação do lugar da família neste contexto. Segundo a autora o entendimento de pluralismo de bem estar deve perpassar pelo viés do Estado assumir o papel de agente na garantia de direitos, em prol da cidadania social.

1.5 - RIZZINI, Irene, RIZZINI, Irma, NAIFF, Luciene, BAPTISTA, Rachel. **Acolhendo crianças e adolescentes: Experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil.** Rio de Janeiro: CIESPI/ PUC- Rio/ UNICEF, 2006.

Este livro discute as práticas de acolhimento a crianças e adolescentes e evidencia experiências brasileiras de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil, tendo a finalidade de contribuir para a construção das diretrizes do Plano Nacional. Cabe destacar, que a discussão é trabalhada em três pilares que são: o estudo acerca da família como direito fundamental, a reflexão sobre os diversos tipos de acolhimentos e a análise dos impasses, desafios e caminhos de políticas públicas direcionadas a garantia do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes.

2) Mapeamento do campo

Participei da etapa do mapeamento do campo e da construção dos instrumentos de coleta de dados que foi sistematicamente discutido entre a equipe. Inicialmente foram mapeados os seguintes serviços que oferecem algum tipo de apoio às famílias para o cuidado e tratamento das crianças e adolescentes com transtorno mental e/ou deficiência mental.

Cabe ressaltar que os serviços abaixo descritos estão distribuídos em serviços públicos e instituições filantrópicas localizadas em Jacarepaguá, e serviços públicos não localizados em Jacarepaguá, mas citados como referência.

Área	Instituição
Saúde Mental	CAPSi ³
SME - Secretaria Municipal de Educação	7ª CRE – Escolas e o Instituto Helena Antipoff
SMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social	7ª CAS ⁴ – CRAS ⁵ Praça Seca e CRAS Rio das Pedras
SMPD – Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência	FUNLAR – Programa de desinstitucionalização e Programa RBC ⁶
Conselho Tutelar	Conselho Tutelar 07 - Jacarepaguá
Reabilitação	Hospital SARAH
Instituição filantrópica	Obra Social Dona Meca
Serviços de Referência	Instituto Fernandes Figueira
Serviços de Referência	ABBR

3) Realização de entrevistas

Particpei da realização de nove entrevistas, gravadas, junto com a pesquisadora e as assistentes de pesquisa da nossa equipe, e fui responsável pela transcrição das entrevistas. As transcrições obedeceram à fala dos entrevistados. Este material foi sistematicamente debatido pela equipe e irá servir de subsídio para análise de dados e elaboração de artigo.

A pesquisa encontra-se na 4ª etapa, que corresponde à pesquisa de campo, no entanto, concomitantemente a esta fase, estou dando continuidade à leitura de bibliografias relacionadas à temática da pesquisa e no aprofundamento por meio da elaboração de resenhas críticas. Este aprofundamento teórico viabilizará a construção de um artigo que será publicado no final do projeto.

³ Centro de Atenção Psicossocial Infantil e Juvenil

⁴ Coordenadoria de Assistência Social

⁵ Centro de Referência de Assistência Social

⁶ Programa de Reabilitação Social Baseado na Comunidade

Referências Bibliográficas

CARVALHO, Maria do Carmo de; SZYMANSKI, Heloisa. **Família contemporânea em debate**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 122 p.

GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. **Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas**. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, abr. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413. Acessos em 10 maio 2009.

MENEZES, Cristiane Diniz. **O direito à convivência familiar e comunitária das crianças e dos adolescentes portadores de transtorno mental**. Rio de Janeiro, 2008. 193p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

MENEZES, Cristiane Diniz de. **Políticas públicas de saúde mental: qual o lugar para a família?** Rio de Janeiro, 2006. 60p. Monografia (especialização em terapia familiar) – Instituto de Psiquiatria/IPUB, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília, DF, dezembro de 2006a.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar**. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (orgs) *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*. São Paulo: Cortez Ed, 2004. 317p

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar**. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (orgs) *Política Social, Família e Juventude: Uma questão de direitos*. São Paulo: Cortez Ed. 2004. 317p

SPOSATI, Aldaíza (org). **Proteção Social de cidadania: inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal**. São Paulo: Cortez, 2004.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos Sociais: afinal do que se trata?** . Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. 194p.

RIZZINI, Irene, RIZZINI, Irma, NAIFF, Luciene, BAPTISTA, Rachel. **Acolhendo crianças e adolescentes: Experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil**. Rio de Janeiro: CIESPI/ PUC- Rio/ UNICEF, 2006. 152p.

RIZZINI, Irene (coord). **Do confinamento ao acolhimento – Institucionalização de crianças e adolescentes com deficiência: desafios e caminhos**. Rio de Janeiro: CIESPI/PUC-Rio, 2008.